

Política

ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

“Parlamentarismo agora visa, exclusivamente, manter o PMDB no poder”

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O empresário Paulo Salim Maluf, reviviu ontem em Porto Alegre os agitados dias de campanha eleitoral. Como candidato, ele esteve em Porto Alegre há três anos, buscando apoio (e votos de convenciona- niais) na campanha que culminou com a sua derrota para Tancredino Neves em janeiro de 1985 no Colégio Eleitoral que escolheu o sucessor do presidente João Figueiredo. Desta vez, embora a distância de uma eleição presidencial que sequer está marcada pela Constitu- tuinte, Maluf voltou para uma palestra a empresários. E, outra vez, se com- portou como candidato.



Paulo Salim Maluf

presentatividade nas Prefeituras e Câmaras municipais do interior do Rio Grande do Sul. Embora o PMDB tenha conseguido eleger o governador e o maior número de deputados, no interior o PDS leva indiscutível vantagem, com 94 dos 244 prefeitos e 1,06 mil dos 2,8 mil vereadores municipais. Maluf não desconhece esta força, que torna o Rio Grande do Sul um forte reduto do PDS no País. Por isso, em todas as suas manifestações enfático críticas ao presidente José Sarney e à “Nova República”, num autêntico discurso de oposição.

“Quatro anos de mandato não é conspurcar a democracia”, respondeu ele a uma indagação sobre o discurso do presidente Sarney na véspera, no Rio. “Quem conspurca a democracia são os assassina- tos que não estão na cadeia.” Citando os escândalos do IAA, Banepa e Cosipa, ele comparou o atual governo a “um trombadinha, que bate a carteira e corre gritando ‘pega ladrão’”. A Nova República também age assim.

Declarando-se “parlamentarista”, o ex-governador paulista observou que, “neste momento, a campanha pelo parlamentarismo visa exclusivamente manter o PMDB no poder”.

O governo prepara uma nova ofensiva

por Mariângela Hamu de Brasília

O presidente José Sarney reuniu-se ontem com sete ministros de Estado e assessores, no Palácio do Planalto, para definir a estratégia com a qual o governo vai enfrentar a batalha pela definição do sistema de governo. Este capítulo poderá ser votado neste domingo, se o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, confirmar hoje a decisão de fazê-lo, anunciada num jantar com amigos na noite de quarta-feira.

O plano do governo consiste em mobilizar todos os instrumentos e recursos de que dispõe para manter ou trazer a Brasília, no final de semana, cada um dos constituintes que acredita haver conquistado até agora. Para isto, acionará aliados que possam ceder pequenos aviões, manterá contato com cada parlamentar aliado às suas teses e manterá na capital todos os ministros envolvidos na operação.

Participaram do encon-

tro do Planalto os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; da Habitação e Meio Ambiente, Prisco Viana; das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; dos Transportes, José Reynaldo; da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho; e José Castelo Branco, da Indústria e do Comércio. O assessor político especial, Thales Ramalho, também estava presente.

A reunião durou quase duas horas, durante as quais foram examinados os mapas dos votos favoráveis não apenas ao presidencialismo — que o governo quer ver aprovado —, mas os que apoiam o mandato de cinco anos para o presidente e seus sucessores. Cada voto novo — cerca de cinco — computado a favor do governo foi cuidadosamente examinado, segundo informou a este jornal um dos participantes.

Ao final, o grupo concluiu que o governo tem boas chances de aprovar, na Constituinte, o presidencialismo. Um dos ministros presentes garantiu a Sar-

Sarney e Ulysses, ao telefone

Eram 10h50 quando o presidente José Sarney telefonou ontem para o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para saber quando a Constituinte decidirá o sistema de governo, uma vez que não deseja estar ausente de Brasília durante a votação. Ulysses respondeu ao presidente que ainda não tinha definido a data, mas minutos depois comunicou a Sarney e a alguns parlamentares que estavam em seu gabinete que convocará a votação para domingo, segundo relato da Agência Globo.

Assim que souberam da decisão de Ulysses, parlamentares ligados ao senador Mário Covas interpretaram a definição da data como uma manobra do próprio deputado para aprovar o

parlamentarismo-já e o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, tese que cresceu no PMDB nas últimas 24 horas.

No entender desses constituintes, o domingo é um dia de quorum baixo e seria mais fácil rejeitar a proposta presidencialista (a primeira emenda a ser votada), dando chance de fechar o acordo em torno do parlamentarismo.

Ulysses anunciou ontem pela manhã, em entrevista, que convocou as sessões da Constituinte para sábado e domingo, sem informar, contudo, se o sistema de governo será colocado em votação. Segundo ele, é preciso concluir o capítulo do Poder Legislativo, que ainda tem “um número considerável de destaques” para ser examinado.

ney que a vitória deste sistema sobre o parlamentarismo será de, pelo menos, dezesseis votos, se a decisão for domingo. Esta informação foi, porém, recebida com cautela, já que, no Congresso, mensageiros do governo observaram, ontem, um crescimento da

tendência parlamentarista. O mandato presidencial de cinco anos — segundo avaliação do grupo — obtém, se a votação fosse hoje, uma vantagem maior: cerca de 25 votos. Mas este capítulo será examinado numa fase posterior, e o

mandato do atual presidente não deverá ser examinado, a continuar este ritmo dos trabalhos, antes de abril.

O presidente José Sarney e seus principais assessores acreditam que a decisão de votar o sistema de governo domingo, anunciada mas ainda não confirmada por Ulysses Guima-

Sistema de governo deve ser votado neste final de semana

por Cecília Pires de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, analisa hoje se existe possibilidade de haver quorum no final de semana para que seja votado o sistema de governo. O presidente Sarney, preocupado com a possibilidade de antecipação da decisão, prevista anteriormente para o início da próxima semana, telefonou para Ulysses. Obteve a resposta ontem: “Poderá ser neste domingo”, respondeu-lhe Ulysses (veja quadro acima).

O presidente José Sarney queixou-se ontem ao deputado Expedito Machado (PMDB-CE) da falta de um interlocutor credenciado no PMDB para poder tentar um entendimento entre ele e a Constituinte sobre mandato e sistema de governo. A Agência Globo informou que, desde ontem à tarde, o nome do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), começou a ser trabalhado para dialogar com o presidente da República em nome das bancadas do partido.

“Sou um homem do diálogo. Quero conversar mas não me trouxe nem nenhuma proposta firme. Preciso de um interlocutor credenciado”, disse Sarney ao deputado Expedito Machado. Machado, um dos líderes do grupo “Centro Democrático”, acha que há clima para o entendimento mas não há ninguém credenciado para falar em nome do PMDB ao presidente da República.

“Todos estão muito preocupados com a crise e há vontade de entendimento nesse sentido. Mas o doutor Ulysses não avança. Temos que achar um outro nome, e o Ibsen está legitimado porque foi consagra-

do com a votação de dois terços da bancada”, disse Machado.

A decisão de apressar a votação, entendida tanto por parlamentaristas quanto por presidencialistas como uma forma de aumentar as chances de uma derrota da emenda presidencialista, de autoria do senador Humberto Lucena, a primeira a ser votada, foi tomada por Ulysses na noite de quarta-feira. Em reunião em sua residência, um grupo de parlamentaristas do PMDB, com predominância de constituintes e ministros ligados a Ulysses tentava convencer o presidente do partido a ser o emissário de um acordo, primeiro dentro do PMDB, depois junto ao governo, em torno da tese do parlamentarismo já (após a Constituinte) com cinco anos de mandato para Sarney.

Ulysses não aceitou ser este emissário na reunião, mas ontem afirmou que está aberto ao entendimento. “Havendo possibilidade, vamos negociar, por que não? Quero ser a expressão da possibilidade do entendimento. Só não tenho a fórmula.” Segundo o deputado Expedito Machado, “Ulysses acha que o PMDB está muito dividido e que é difícil levar esta tese em nome do partido. Há um clima de entendimento, mas, por enquanto, não houve acordo e não temos emissário”, admitiu Expedito. O Centro, defensor do presidencialismo, decidiu adiar a mudança de voto para o parlamentarismo, enquanto não for selado um acordo.

Parlamentaristas adeptos dos quatro anos e presidencialistas de todas as tendências viveram ontem a expectativa da realização de um “acordo”, que envolveria a aprovação do

mandato de cinco anos para Sarney, dentro de trinta ou quarenta dias, quando for votado o capítulo das disposições do parlamentarismo, com concentração de votos na emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O deputado Ronaldo César Coelho anunciava que emissários já haviam sido enviados em dois sentidos: um, para tentar a adesão do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que bateu pé. “Sou parlamentarista e defendo quatro anos de mandato.” Outro, na direção do Palácio do Planalto. “O presidente disse que não estimulava, não participa, mas também não atrapalha qualquer acordo que fluir na Constituinte”, afirmou o ministro da Ciência e Tecnologia, Luís Henrique da Silveira, depois de conversar, durante despacho, ontem, com o presidente Sarney. Em outra conversa, dessa vez com o deputado Expedito Machado, ontem, Sarney teria dito, segundo o parlamentarista: “Estou aberto ao diálogo mas não recebi qualquer proposta e ninguém veio falar comigo”.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, alimentava a expectativa dos defensores do acordo, afirmando que “o presidente é um democrata. Ele não será obstáculo a uma solução consensual que possa vir da Constituinte”, ressalvando, porém, que “eticamente o presidente se sente impedido de negociar porque nessa tese está envolvido seu próprio mandato”.

Contra o que parecia um acordo praticamente firmado no início do dia de ontem, protestaram parlamentaristas adeptos de quatro anos e presidencialistas.

Ermírio vence Maluf

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O empresário Antônio Ermírio de Moraes foi apontado numa pesquisa efetuada ontem entre empresários gaúchos como o preferido para ocupar a Presidência da República. A pesquisa foi realizada durante almoço semanal da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB/RS), tendo sido ouvidos 46 dos mais de 400 empresários presentes. Antônio Ermírio de Moraes apareceu com 39% de preferência, seguido por Paulo Salim Maluf — o palestrante da reunião — que teve

28%. Aureliano Chaves e Luis Igncio Lula da Silva. Também indicados no questionário, não obtiveram nenhum voto. A pesquisa procurou saber ainda as notas que os empresários davam ao presidente José Sarney e ao governador Pedro Simon. E os conceitos foram baixos: 80% dos presentes deram notas entre três e cinco (o presidente Sarney (mais de 30% deram nota três). Para o governador Pedro Simon, 60% dos empresários deram notas entre três e cinco (25% deram nota quatro e 24%, nota cinco ao governador gaúcho).

Amato: “Eleição perturba”

O presidente da FIESP, Mário Amato, disse ontem após um encontro com o governador Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes, que a convocação de uma eleição neste momento poderá acarretar “uma perturbação ainda maior” em face do impasse que está havendo na própria Constituinte, onde não estão definidas as regras do jogo, conforme relato da Agência Globo.

Mário Amato voltou a defender um adiamento na votação do sistema de governo e uma consulta ao País caso os constituintes não cheguem a uma conclusão sobre o assunto. Para o empresário, as declarações recentes do presidente José Sarney com críticas à classe política “são razoáveis e necessárias numa democracia”.

(Ver página 11)

Alves vê discriminação contra o presidente

por Carlo Iberá de Freitas de Brasília

“Completamente legítimo.” Esta é a avaliação que o ministro Aluizio Alves faz do direito dos ministros militares fazerem comentários ou críticas à Constituinte. O mesmo direito detém o presidente Sarney, acrescenta o ministro da Administração.

“A Assembleia Nacional Constituinte ouve sugestões dos sindicatos, da CUT, dos partidos políticos, dos empresários, dos jornais etc. e não se sente melindrada na sua soberania. Agora, basta que o presidente Sarney ou os chefes militares façam observações e logo se considera que são observações descabidas, quando não se diz que os militares querem dar ‘golpe’.” Na minha opinião, é um clima de susceptibilidade um pouco discriminatório”, disse o ministro a este jornal.

Aluizio Alves também explicou suas declarações publicadas pela imprensa, quando afirmou que “os militares enxergam coisas que os civis não”. “Os chefes militares que fizeram declarações, não fizeram por interesse político-partidário, devem ter feito por razões que só eles co-

nhecem, por razões de segurança (quando se declara contra eleições presidenciais neste ano), de ordem pública ou de organização do Estado, todas ligadas às suas responsabilidades na vida nacional”, esclareceu.

O ministro Aluizio Alves acredita muito mais na aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney do que na aprovação do sistema presidencialista. Os quatro anos, nas contas do ministro, serão derrotados por mais de trinta votos, mas sem ultrapassarem os quarenta votos.

Na questão do sistema de governo, Alves prevê a ocorrência de “buraco negro” — quando alguma proposta não obtém a maioria dos votos para ser aprovada —, porque nem parlamentaristas nem presidencialistas somam os 280 votos sem acordo, avaliou. Ele acha que esta situação vai forçar um entendimento necessário. “Até porque um sistema de governo aprovado por três ou quatro votos não serve a uma Constituinte que pretende interpretar o sentimento da maioria da população”, arrematou o ministro da Administração.

Presidencialistas admitem derrota

por Riomar Trindade de Brasília

A tendência pelo parlamentarismo como sistema de governo continua crescendo na Constituinte e alguns constituintes presidencialistas já começam a admitir a derrota. “Eu vou perder. Estou convencido disso”, dizia ontem o deputado Jaime Santana (PFL-BA), enquanto o líder de seu partido, deputado José Lourenço, gritava: “Estão preparando um golpe”, referindo-se a um suposto acordo que teria sido articulado em reunião, na quarta-feira à noite, na casa do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para a aprovação do “presidencialismo-já, com cinco anos de mandato para o presidente Sarney”.

Nessa reunião, segundo relato de Maurício Fruet (PMDB-PR), que esteve presente, foi aventada a abertura de canal de diálogo com o Palácio do Planalto e o ministro do Interior, deputado Ulysses Guimarães, para a aprovação do “presidencialismo-já, com cinco anos de mandato para o presidente Sarney”. Nessa reunião, segundo relato de Maurício Fruet (PMDB-PR), que esteve presente, foi aventada a abertura de canal de diálogo com o Palácio do Planalto e o ministro do Interior, deputado Ulysses Guimarães, para a aprovação do “presidencialismo-já, com cinco anos de mandato para o presidente Sarney”.

Em busca de alternativa

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, acredita que os constituintes chegarão a um acordo nos próximos dias sobre a votação do sistema de governo e do período de mandato presidencial. Para o ministro, segundo relato da Agência Globo, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney é o único ponto onde a votação está definida com tranquilidade.

Já o governador paranaense, Alvaro Dias, acredita que o acordo será alcançado apenas depois do aparecimento de um “buraco negro” na votação do sistema de governo. “Existem propostas alternativas que podem ensejar incorporação, garantindo um resultado que fortaleça o Legislati-

vo, sem prejuízo da autoridade do presidente da República”, disse o governador.

Essa proposta alternativa, para o ministro Borges da Silveira, seria a emenda do senador Humberto Lucena, que prevê a adoção do parlamentarismo depois do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. O governador Alvaro Dias, que ainda não analisou a emenda Humberto Lucena, acredita apenas que não é interessante a adoção do parlamentarismo imediato, “para não frustrarmos o povo brasileiro e inviabilizarmos o parlamentarismo, que é o melhor sistema num momento futuro onde as instituições democráticas sejam mais fortes”, disse.

O senador Albano Franco, que gostaria de um entendimento entre o Legislativo e o Executivo, acha que a tese de “presidencialismo-já” está crescendo. Já o ex-governador paulista Franco Montoro, que visitou a Constituinte ontem, sustentou que a maioria dos constituintes do PMDB é favorável ao parlamentarismo, porém com eleições presi-

denciais neste ano, ou sejam, quatro anos de mandato para o presidente Sarney. O senador José Richa, indagado sobre a eventualidade de um acordo, foi cético: “O que não conseguimos em seis meses, não vamos conseguir em dois dias”. Mas o governador goiano Henrique Santillo, que esteve com Ulysses, ontem, disse que trabalhava “pelo parlamentarismo com mandato de cinco anos para o presidente Sarney”.

Parlamentarismo-já e cinco anos para Sarney também seriam, segundo relato do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), a posição defendida pelos governadores Pedro Simon (RS), Alvaro Dias (PR), Waldir Pires (BA) e Tasso Jereissati (CE). “Falei há três dias com o governador Waldir Pires e ele garantiu que não abre mão dos quatro anos”, rebateu o constituinte baiano Domingos Leonelli, do PMDB.

O governador pernambucano Miguel Arraes, que esteve reunido com a bancada de seu estado (maioria parlamentarista e mandato de quatro anos para Sarney) e foi aplaudido ao visitar o plenário da Constituinte, disse não ter tratado da questão do mandato com Ulysses, e reafirmou sua posição: “Sou presidencialista e defendo um mandato de quatro anos para o presidente Sarney”. Arraes acha que o sistema de governo será decidido em plenário, pelo voto. “Com parlamentarismo, tenho certeza de que vai dar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney”, dizia o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), antecipando seu voto: “Vou votar no presidencialismo, porque ele ainda pode resultar em quatro anos e o País ver-se livre mais rapidamente de Sarney”. O senador José Fogaça (PMDB-RS) tem opinião diametralmente oposta à de Lyra. “Quem votar no presidencialismo como sistema de governo votará em cinco anos, com toda a certeza. Só o parlamentarismo garante o mandato de quatro anos para Sarney”, sustenta o parlamentar gaúcho.

Grupo de Covas rejeita proposta conciliatória

Os líderes parlamentaristas ligados ao senador Mário Covas (PMDB-SP), integrantes do grupo “histórico” do PMDB e defensores do mandato de quatro anos para o presidente Sarney, rejeitaram ontem qualquer possibilidade de entendimento em torno da proposta de parlamentarismo de cinco anos para o presidente José Sarney, analisada em reunião na residência do presidente Ulysses Guimarães. Mas esses líderes procuraram evitar um ataque direto aos articuladores desta proposta, por entenderem que ela acabará garantindo, naturalmente, novas adesões ao parlamentarismo.

O líder do PMDB, Mário Covas, respondeu com ironia quando foi questionado sobre as repercussões da

reunião da noite anterior: — “Não sei de nada, porque eu não estava na reunião. Mas reafirmo que sou parlamentarista e quero o mandato de quatro anos”.

Em seguida, entretanto, confirmou que tinha sido informado sobre os detalhes da proposta pelos deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Maurício Fruet (PMDB-PR), que participaram da reunião. Reiterou que não aceitará um acordo nestes termos, mas completou com nova brincadeira: — “Parlamentarismo com cinco anos já é 50% da minha proposta. Não é tão ruim”.

Segundo a Agência Globo, Nelson Jobim declarou-se surpreso com a repercussão da reunião e garantiu que nenhum acordo foi encaminhado a partir dali.

Críticas à criação ilimitada de partidos

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, disse ontem que prenuncia um “quorum caótico” com a proliferação de partidos políticos permitida pela Assembleia Nacional Constituinte. Ele criticou a criação ilimitada de partidos sem qualquer exigência para que possam sobreviver e alertou, segundo a Agência Globo, que isto gera tumulto no processo eleitoral.

Sepúlveda Pertence declarou que não é crítico radical do trabalho da Assembleia Constituinte. Para ele, a Constituinte está retratando o quadro cívico das instituições brasileiras com todas as limitações desta transição. Mas ressaltou que, sobre a Justiça Eleitoral, o resultado dos

trabalhos é “preocupante”.

O quadro mais dramático, a seu ver, é o acesso desses partidos aos meios de comunicação de massa, sem o qual a sua criação seria uma farsa. Sepúlveda Pertence falou ontem na abertura da 1ª Reunião de Procuradores Regionais Eleitorais, que debaterá até hoje a propaganda eleitoral, a imunidade parlamentar, a inelegibilidade e o controle do poder econômico. Do encontro, serão elaboradas sugestões para os parlamentares modificarem a legislação eleitoral. Sepúlveda Pertence declarou que, “como instituição nacional, a Justiça Eleitoral é praticamente inexistente, não possui infra-estrutura”.

Cardoso não teme “racha”

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem que não se importaria se a vitória do presidencialismo com cinco anos de mandato presidencialista implodir o PMDB, “já que não é possível que o PMDB não colabore com a solução nacional”. Favorável à tese, ele reafirmou que os militares estão preocupados com a possibilidade de eleições presidenciais neste ano. Além disso,

considerou “muito feliz” o discurso do presidente José Sarney de anteontem, feito no Rio de Janeiro.

Newton Cardoso revelou que as suas últimas informações indicam a vitória dos cinco anos, ao lado da indefinição em torno do sistema de governo. Sugeriu como solução para o impasse uma fórmula mista baseada no presidencialismo, que “é a maioria no Congresso”.

CONGRESSO

Pedida a anulação da homenagem a Meneguelli

A reação dos líderes do PDS, senador Jarbas Passarinho e deputado Amaral Neto, e do PFL, deputado José Lourenço, susto ontem a entrega da comenda da Ordem do Congresso Nacional ao presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli. A condecoração foi concedida pelo conselho da Ordem, por sugestão do então líder do PMDB, ministro Luiz Henrique, em julho do ano passado, mas deverá ser anulada por força de um abaixo-assinado que deve ser entregue hoje ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, conforme apurou a Agência Globo.

Apesar das ameaças dos líderes do PDS, Amaral Neto, de devolver sua comenda, e do PFL, José Lourenço, de não comparecer mais às votações da Constituinte se o nome de Meneguelli fosse citado, a entrega das comendas transcorreu sem incidentes.